

Os livros de Alexandre Metelo de Sousa Meneses (1687-1766) e as suas itinerâncias

Fernanda Maria Guedes de Campos

A Livraria na Casa Nobre

A existência de livros ou de uma biblioteca particular é, ontem como hoje, um ato voluntário que configura, antes de mais, o gosto pessoal do seu proprietário. Nesse sentido, a biblioteca ou livraria, como também se designava no Antigo Regime, nasce, cresce, vive e morre com o seu mentor sendo o destino final mais comum, a dispersão ocasionada por legados, partilhas ou venda integral. E, no entanto, a sua existência, sobretudo na casa nobre, pode conferir um signo de distinção atestando a cultura, a erudição e/ou o prestígio de quem a constituiu, assumindo-se como forma de representação do poder do proprietário e demonstrando a abastança financeira da casa em que se insere. Mantida discretamente para consumo de quem a criou ou mostrada a alguns escolhidos que a podem admirar ou mesmo usar dela, a livraria privada no século XVIII, apresenta-se como espaço de estudo ou lazer, reflexo de gostos bibliófilos mais ou menos marcados pelo espírito das Luzes e espaço íntimo ou de sociabilidade na casa nobre.

No entanto, no que diz respeito a Portugal, a verdade é que a perceção do número de bibliotecas particulares que existiram e dos livros que as compunham, não é fácil de sistematizar. Conhecem-se casos, evidentemente, e alguns têm sido objeto de excelentes estudos monográficos (ARAÚJO, 1999), (DOMINGOS, 1998) e (DOMINGOS, 2001-2002). A constituição de uma série fiável a partir dos inventários orfanológicos que se elaboravam à morte do proprietário é tarefa mais complexa e as conclusões de Mafalda Soares da Cunha e Nuno Monteiro ao apresentarem e contextualizarem os dados relativos a algumas bibliotecas de membros da nobreza titular até 1834, caracterizam-nas na generalidade, como sendo de pequeno porte e pouco valor, não parecendo significar para os seus possuidores, um verdadeiro sinal de distinção cultural (CUNHA; MONTEIRO, 2011).

Vale a pena recordar as palavras de D. Francisco Manuel de Melo que, no século XVII, hierarquizava assim os bens de uma casa nobre (MELO, 1965, 168):

Senhor meu. Casa limpa. Mesa asseada. Prato honesto. Servir quedo. [...] Prata muita. Ouro o menos. Jóias que se não peçam. Dinheiro o que se possa. Alfaias todas. Armações muitas. Pinturas as melhores. Livros alguns. Armas que não faltem. [...]

Em estudo mais recente, também assente em inventários orfanológicos, Carlos Franco indica, para Lisboa, que existiam livrarias, ou seja, espaços organizados onde se guardavam livros, em cerca de 20 % das residências das elites. Quanto à dimensão, identificou alguns casos de milhares de volumes, mas situa as livrarias mais comuns na ordem dos quinhentos, existindo muitos casos de pequenas coleções de menos de duzentos livros (FRANCO, 2015).

Comparando com a situação em França e recorrendo a Roger Chartier e Daniel Roche, no seu estudo de inventários *post mortem* de membros da nobreza (CHARTIER; ROCHE, 1984) vemos que a situação não é muito diferente, guardando-se as devidas proporções. Em Paris, nos meados do século XVIII, só 53% da nobreza de corte apresenta livros, entre os bens inventariados. Em Lyon, essa percentagem situa-se nos 44%. Nas cidades de Oeste, para a nobreza titular, o número médio de livros possuídos está entre 1 a 20 títulos, sendo que, para a nobreza de toga, a percentagem foi sempre maior, concluindo assim aqueles autores que, nas três zonas geográficas referenciadas, uma parte, por vezes significativa, da nobreza não tinha biblioteca e, esbatendo o mito da posse dos livros em França, acrescentam: “Et à la veille de la Révolution, si la moitié des bibliothèques robines ont alors plus de 300 volumes, ce n’est le cas que du quart des bibliothèques des nobles titrés.” (Id., 406)

Apesar das ressalvas metodológicas que Chartier e Roche assinalam e que dizem respeito à falibilidade da fonte utilizada - o inventário *post-mortem* - não deixam, porém, de referir que esses inventários apresentam outros bens culturais, em maior quantidade, o que parece indiciar “la faible valeur des livres” (*Ibid.*) Ainda que à distância de um século, confirmam-se as palavras de D. Francisco Manuel de Melo.

Centremo-nos, porém, na nobreza não titular e no que foram as elites intelectuais de Portugal e veremos com mais facilidade a presença de livros nas suas casas ora porque deles necessitavam para o desempenho das suas tarefas ora porque o desejo de afirmação social pressupunha a existência de uma livraria escolhida, mesmo que pequena. A moda dos Gabinetes de Curiosidades, de Física e/ou de História Natural que se iniciara no século XVII encontra caminhos de maior consolidação ao longo do século XVIII e, assim, muitas vezes à posse de uma coleção bibliográfica, estão associadas outras coleções como as de moedas e medalhas, objetos de arte e vestígios da Antiguidade, pintura ou escultura, gravura e mapas, globos terrestres e celestes, instrumentos de Física e Química, *Naturalia*, e outras (BRIGOLA, 2003).

A oferta tipográfica é muito vasta no século das Luzes e em Portugal também ocorre desde logo com o impulso que D. João V imprimiu à produção dos prelos nacionais, mas igualmente com a oferta que os livreiros franceses, estabelecidos em Lisboa a partir de meados do século, garantiam. Importavam-se e circulavam quantidades apreciáveis de livros estrangeiros não apenas os de produção recente, mas igualmente muitos livros antigos adquiridos, sobretudo, em leilões. Há, pois, a percepção de um público-alvo emergente que

revela gosto pelo livro e, curiosamente, circulam também obras sobre a melhor maneira de constituir uma biblioteca, em grande parte produzidas em França, com grande sucesso, mensurável pela variedade de títulos e pelas sucessivas edições que algumas delas conheceram. No limite, já não é só a questão de ter livros que está em causa. É, basicamente, quais os livros que se devem ter.

Respigamos de uma dessas obras com muito êxito na época e cujo título é bem elucidativo - *Conseils pour former une bibliothèque peu nombreuse mais choisie* (FORMEY, 1756, 5-6) - uma passagem que demonstra bem a importância do Livro na Europa do Iluminismo, considerado como objeto específico de um colecionismo centrado no Saber:

Quand un Seigneur ne veut avoir une Bibliothèque que par ostentation & pour meubler un de ses appartemens, il n'a besoin d'aucune direction ; il n'a qu'à acheter à la toise, employer un bon Relieur, & faire décorer le Cabinet de ses Livres de quelques ornemens convenables ; voilà qui est fait, il a atteint son but. Mais un Seigneur, une Dame, qui ont de l'esprit, du goût & des connoissances & qui veulent se ménager les délicieux momens que la Lecture peut leur procurer, doivent s'y prendre tout autrement. Il faut connoître avant que d'aimer, dit une Maxime commune. Ainsi, s'ils veulent se faire un choix de Livres qu'ils puissent aimer, former un Cabinet dans lequel ils entrent toujours avec satisfaction, il faut qu'ils n'y mettent que des Livres dont ils connoissent le mérite.

Alexandre Metelo de Sousa Meneses: o Fidalgo na sua Época

O Senhor com espírito, gosto e conhecimentos de que nos vamos ocupar é Alexandre Metelo de Sousa Meneses¹⁶. Nascido em Marialva, no ano de 1687, filho segundo da fidalguia beirão, os Metelo Cardoso, do termo de Pinhel, pelo lado de seu pai e os Sousa e Meneses, de Marialva, pelo lado de sua mãe, Alexandre Metelo concluídos os estudos preparatórios, cursou Cânones na Universidade de Coimbra onde, em 1719, obteve carta de bacharel em Direito Canónico e Civil. Entrou na magistratura iniciando a sua carreira como provedor da cidade e comarca de Lamego, nomeado por Alvará de 13 de janeiro de 1721. Foi nomeado para secretariar a embaixada de Pedro de Vasconcelos a Madrid, tendo no regresso a Lisboa começado a desempenhar funções na Casa da Suplicação, como desembargador, título pelo qual será predominantemente conhecido. Em 1725 é enviado como embaixador extraordinário à China, situação de grande prestígio que desempenhou com elevada proficiência, salvaguardando sempre a dignidade do país e do monarca, pese embora as condições pouco favoráveis com que teve de lidar. Recordamos que o objetivo principal de D. João V era defender os interesses portugueses em Macau tendo

¹⁶ Retomamos, ampliamos e atualizamos, em novo contexto, no que diz respeito a Alexandre Metelo e à sua livraria, a comunicação feita no 3º Congresso Casa Nobre: um património para o futuro, realizado em Arcos de Valdevez, 2011 (CAMPOS, 2013).

em conta a proibição do cristianismo ditada pelo imperador Yongzheng, após subida ao trono. Comenta o olissipógrafo Júlio de Castilho alguns pormenores da viagem (CASTILHO, 1903, 189):

Para aparecer vistoso entre os mandarins do Celeste Império, obteve pelo padrão de 5 de Abril de 1725, o hábito de Christo ; e a 17 do mesmo mez e anno sahiu para a China, como Representante d'el-Rei D. João V, a bordo da fragata Nossa Senhora da Oliveira. Tendo os pilotos reconhecido ser já passada a monção propícia arribaram ao Rio de Janeiro. Foi logo a bordo buscar o embaixador o Governador Luiz Vahia Monteiro com toda a Nobreza : ao desembarque achavam-se formados os regimentos e tendo-se Metello alojado provisoriamente no palácio do Governador passou logo a hospedar-se em casa do Coronel Manuel Pimenta Tello, aonde o acompanharam o Governador, dois filhos do Visconde de Asseca, os Mestres de Campo, os nobres, etc.

Regressado em 1728, foi nomeado desembargador do Conselho Ultramarino por carta de 20 de maio de 1729 e agraciado nos anos subsequentes com várias mercês: 300.000 réis de ordenado (Alvará de 5 de setembro de 1729), comenda de Santa Maria de Almeida na Ordem de Cristo (Alvará de 30 de maio de 1732), conservador das fábricas de seda, ouro e prata (Alvará de 2 de janeiro de 1735) e presidente do Conselho Ultramarino (Carta de 1 de abril de 1745). É neste novo quadro que casa com D. Luísa Leonor Maria de Matos e Vasconcelos, em data que se desconhece, consolidando assim a sua posição social. Por outro lado, adquire, em 1737, pela quantia de 7000 cruzados, o palácio que veio a ficar conhecido por Palácio do Metelo, em Lisboa (MIGUEL, 2012). Alexandre Metelo de Sousa Meneses que ascendeu a Fidalgo da Casa Real, configura pelo seu percurso, um perfil de funcionário administrativo ao serviço do rei e do estado centralizado, muito do agrado de D. João V, a avaliar pelo número de figuras de que se rodeou e que, em grande medida transitaram ainda para o reinado de D. José. Diz a esse propósito, Tiago Miranda (2004, 93):

Quase de todo desconhecidos da historiografia, quanto às ideias e às trajetórias que percorreram, ficam, contudo, parceiros do próprio Carvalho [e Melo] no ministério de D. José e a maioria dos mais destacados homens de letras que então se sentavam nos grandes conselhos do reino. Entre eles António Guedes Pereira, Marco António de Azevedo Coutinho, Pedro da Mota e Silva, Diogo de Mendonça Corte Real (o Abade), Alexandre Metelo de Sousa e Meneses, António da Costa Freire [...]

O episódio da embaixada à China, conquanto muito honroso e repetidas vezes mencionado, foi ocasional pois a sua carreira não se fez no âmbito diplomático. Entre vários outros cargos que ocupou, como fiscal das Mercês, deputado e chanceler da Bula da Cruzada, membro do Conselho do Rei e secretário do infante D. Manuel, irmão mais novo do rei, avulta, naturalmente, o de presidente do Conselho Ultramarino, o órgão que se ocupava de todas as matérias respeitantes aos territórios ultramarinos, em especial, do Brasil (CRUZ, 2015).

Figura discreta, não é, no entanto, desconhecida pois há bibliografia sobre ele no que se refere à embaixada à China (SANTARÉM, 1879), (BRAZÃO, 1948), (RAMOS, 1990), (QICHEN, 1998) e (RUSSO, 2005). Acresce a existência do próprio diário onde o embaixador foi ditando ao padre jesuíta António de Magalhães, as circunstâncias da viagem e da missão (MENESES, 1725-1728)¹⁷. Também é citado no contexto da olissipografia devido ao Palácio do Metelo, sito no Largo do Mitelo (corruptela do seu nome) ao Campo de Santa Ana, em Lisboa (CASTILHO, 1903, v. 3, p. 187-215) e (PINTO, 1987) e, naturalmente, em trabalhos no campo da ex-librística, devido à marca de posse que identificava os livros de sua pertença e da qual falaremos adiante (ALMARJÃO, 1964), (CASTRO E SOLLA, 1916) e (COSTA, 1963).

Falecido em 1766, deixou bens de raiz importantes, propriedades urbanas e rústicas que terá adquirido ao longo da sua vida, desde logo o palácio onde habitava, mas também uma quinta de lazer na zona do Campo Grande, em Lisboa e bens móveis de apreciável valor, conforme se infere do pormenorizado inventário¹⁸. Como não havia filhos do casamento, Alexandre Metelo vinculou os seus bens por disposição testamentária, instituindo um morgado cujo primeiro administrador foi seu primo direito Alexandre Luís de Sousa. Deste modo, a viúva enquanto executora testamental procedeu ao arrolamento e à venda de todos os seus bens (tendo ela própria adquirido um número significativo) destinando-se o produto da venda, após satisfação das dívidas e dos legados, à formação do referido vínculo. É importante realçar que D. Luísa Leonor procurou, incansavelmente, obter ainda uma mercê régia que recompensasse, a título póstumo, a carreira de seu marido, tendo feito um requerimento provavelmente cerca de 1768 e retomando-o em 1779, por não ter obtido resposta ao primeiro. Tal como aconteceu a outras figuras que se distinguiram ao serviço de D. João V, Alexandre Metelo poderá ter sido ignorado após a morte, por D. José e o seu ministro Carvalho e Melo... Voltando ao testamento, entre os legados está a manutenção de uma ação mecenática que já vinha desenvolvendo e que consistia na instituição de prémios aos melhores alunos da Universidade de Coimbra e ao subsídio atribuído a escolas para ensinar a ler e escrever.

A partir do inventário, conhecemos com pormenor os bens imóveis e móveis do desembargador, mas não o recheio da sua livraria. Sabemos que era vasta e reconhecível no palácio estando a sala ornamentada com interessantes painéis de azulejos (PINTO, 1987, p. 122) porque foram contratados livreiros

17 Foi apresentada uma comunicação pela Prof.^a Doutora Maria João Ferreira, no Colóquio “Diplomacia e Transmissão Cultural”, Palácio Fronteira, 9-11 Novembro 2011, com o título “Para exercitar a nobreza do seu espírito e fazer conhecida a grandeza do Soberano que o mandava”: os preparativos da embaixada de Alexandre Metelo de Sousa ao imperador da China (1725-1728)”.

18 Existe no Arquivo Nacional da Torre do Tombo: **PT/TT/Orfanológicos, Letra A, Maço 121, nº 1, Alexandre Metelo de Souza e Menezes, Palácio Mitelo, Campo de Santana**. Está disponível uma transcrição paleográfica feita por Lina Maria Marrafa de Oliveira no âmbito do projecto “A casa senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro (séculos XVII, XVIII e XIX): Anatomia dos interiores” (PTDC/EAT-HAT/112229/2009) no site <<http://www.casaruibarbosa.gov.br/acasasenorial/index.php/apresentacao>>.

para fazer o catálogo. No inventário refere-se que “Foi avaliada a livraria que consta do rol junto pelos mestres livreiros na quantia de” (INVENTÁRIO, 1766, 94v.) porém não está apenso o referido rol nem mencionada a quantia. De acordo com o Doutor Miguel Metelo de Seixas que muito gentilmente nos deu preciosas indicações sobre Alexandre Metelo e os seus bens, os livreiros teriam levado mais tempo do que o previsto devido à dimensão da biblioteca e quiseram, como tal, ser ressarcidos. A viúva, não concordou com os novos termos contratuais e, por essa ou outra razão, o catálogo não foi incorporado no inventário. Apercebemo-nos, no entanto, ao compulsar o inventário que entre os bens “rematados pela inventariante” D. Luísa Leonor, se encontra o mobiliário da livraria cujas estantes eram pintadas a negro e ouro, o que suscita algumas questões. Se os livros foram vendidos para que seriam necessárias as estantes tanto mais que a viúva vendeu o palácio e se retirou para a quinta? Como é que surgem tantos livros pertencentes a Alexandre Metelo no Convento de S. João da Cruz de Carnide? Compra em leilão, doação em vida do desembargador ou feita por D. Luísa Leonor? Estas dúvidas não as tínhamos em 2011, quando pela primeira vez nos debruçámos pelo colecionador e a sua livraria (CAMPOS, 2013) pois parecia mais do que provável que Alexandre Metelo tivesse oferecido livros àquele convento, tal como faziam outros particulares que assim se precavam do desmembramento da livraria e salvaguardavam, num novo ciclo de vida, os livros que tinham colecionado. Face ao inventário, a hipótese ganha menos consistência tanto mais que o bibliotecário de Carnide não assinala nas obras que se tratou de uma doação. Veremos, mais adiante, outras circunstâncias, quando falarmos do Convento.

Se, lamentavelmente, não temos no inventário, o rol dos livros, temos, no entanto, a menção a instrumentos científicos de experimentação e observação no domínio da Matemática, Geografia e Física, cujo destino não se conhece, mas que foram avaliados em 107\$880 réis (INVENTÁRIO, 1766, 153-153v). É particularmente relevante a parte relativa às câmaras ópticas, uma grande, outra pequena e aos registos ou “papeis diferentes de vistas”, cerca de 500 dos quais 442 eram “vistas de pinturas de varias sidades” (Id., fl. 153v) que se destinavam a ser visionados através das referidas câmaras. Alexandre Metelo é, portanto, um colecionador com Gabinete o que configura o perfil do “*homme çavant*” do Iluminismo, com interesses enciclopédicos e aberto às várias áreas do Saber. Esse Gabinete não está referenciado na época ou, pelo menos, dele não encontrámos menção na bibliografia utilizada, talvez porque se trataria, antes de mais, de um pequeno espaço lúdico, ainda num período de colecionismo pioneiro e experimental. Teria como expoentes principais o próprio rei D. João V e o 4º Conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Meneses (1673-1743) este na continuação do Gabinete de curiosidades naturais, antiguidades e numismática iniciado por seu pai D. Luís de Meneses (1632-1743) e da coleção de pintura, globos e instrumentos matemáticos que integravam também o espaço da grande livraria (BRIGOLA, 2003).

Como saber que livros lia e guardava Alexandre Metelo na sua Casa? Para que casas foram e onde os podemos encontrar? A nossa fonte principal (por falta de inventário ou catálogo) é a marca de posse que Alexandre Metelo colou (ou mandou colar) no verso da capa ou da folha de rosto dos seus livros, e que permite ir reconstituindo, ainda que de um modo menos sistemático e mais casuístico, o que foram as suas leituras.

Marcar a posse significa apor um sinal mais ou menos convencional que torna o bem identificável quanto ao seu legítimo proprietário. Trata-se de uma prática muito antiga no que aos livros e bibliotecas diz respeito com uma funcionalidade imediata que consiste em limitar as hipóteses de roubo ou extravio de livros. A grande maioria das marcas de posse é manuscrita e, na sua forma mais simples, consiste na inscrição do nome da pessoa ou da instituição detentora daquele livro em particular. Porém, esse tipo de evidências de propriedade é, muitas vezes, pouco “evidente” porquanto o desvanecimento ou corrosão da tinta, as marcas de bibliófagos, os rasgos e manchas de humidade e até a rasura implacável aquando de uma passagem de mãos eventualmente pouco clara, impedem a sua leitura ou apenas permitem um reconhecimento parcial do que está escrito. Menos utilizadas em Portugal, mas mais expressivas, do ponto de vista bibliófilo e colecionista, estão as outras marcas: *ex-libris*, carimbos e *super-libros* que são de representação sempre igual quando comparados com a variedade das inscrições manuscritas e que podem ter figurações, emblemáticas ou heráldicas, ou registarem somente o nome da pessoa ou da instituição. Também elas estão sujeitas a destruição, sobretudo os *ex-libris*, não raro arrancados dos livros por serem objeto da procura de colecionadores específicos (CAMPOS, 2014, p. 222-224).

A consciência da importância de possuir uma livraria, leva o desembargador a constituir a sua adotando um *ex-libris* como forma de marcar a posse. Era pouco usual em Portugal, como dissemos, ainda que noutros países fosse a modalidade por excelência de um senhor de qualidade para mostrar a sua distinção através dos livros de sua pertença. O vistoso *ex-libris* consiste numa gravura aberta a buril, de 90x90, mandada executar a Francisco Xavier Freire em 1747, que apresenta um escudo esquartelado I- Sousa (de Arronches); II- Metelo; III- Cardoso; IV- Meneses. Coronel de marquês. Suportes: dois leões (EX-LIBRIS, 1998, p. 14). Interessante pelo desenho e pelas dimensões sugerindo uma forma de marcar que se pretende francamente distintiva a quem aborde os livros que a ostentam, parece apagar-se numa atitude de modéstia pelo anonimato que exhibe pois não tem nome do possuidor nem uma divisa que o possa identificar. Não é caso isolado, mas pode ser revelador de um gosto particular em fazer-se conhecer pelas armas sem necessidade de o fazer pelo nome, ou seja: dentro do grupo social a que pertencia, Alexandre Metelo não precisava evocar o seu nome pois a marca heráldica já o identificava.

Da Casa Nobre para o Convento

Esta é a forma de reconhecer os livros, mas resta saber onde e como procurar. O facto de uma parte da livraria ter ficado no Convento de S. João da Cruz originou uma mudança da Casa Nobre para outra Casa, desta feita conventual. À marca de posse que os livros traziam juntou-se a marca dos Carmelitas de Carnide e é a partir daqui que os livros de Alexandre Metelo começam a ganhar nova vida. Falemos, então, um pouco sobre esta segunda morada e sobre a sua livraria.

O Convento de S. João da Cruz de Carnide, da Ordem dos Carmelitas Descalços, fora fundado por iniciativa da Infanta D. Maria, filha natural de D. João IV que, aos 6 anos, ingressara no Convento de Santa Teresa de Jesus em Carnide, da mesma Ordem. D. Maria, cuja figura é muitas vezes confundida com a da sua homónima conhecida por “Sempre Noiva” e filha de D. Manuel I, foi entregue ao cuidado da fundadora do convento, a Madre Micaela de Santa Ana, filha do Imperador Matias que, por sua vez era sobrinho do Cardeal D. Alberto, primeiro governador de Portugal, no tempo de Filipe I. De notar que a entrada da Ordem de Santa Teresa de Ávila em Portugal ocorrera em 1581, por iniciativa deste monarca, ficando a Província Portuguesa conhecida pela invocação de S. Filipe em homenagem ao rei.

A intenção da Infanta era obstar ao incómodo de virem do Convento de Nossa Senhora dos Remédios, em Lisboa, os padres que davam apoio religioso ao Convento de Santa Teresa de Carnide, mandando fazer uma casa masculina em local próximo. Para além da fundadora muito contribuiu seu irmão, o rei D. Pedro II, e assim se adquiriu uma quinta em 1681, considerado o ano de fundação do Convento de S. João da Cruz. As obras arrastaram-se por algum tempo devido a várias vicissitudes, mas sendo, originalmente, de dimensão modesta acabou por vir a ser ampliado para servir como Colégio e Noviciado dos Padres Carmelitas Descalços que se destinavam ao Ultramar. (MARTINS, 1977).

A existência de uma biblioteca no Convento era um imperativo das Regras e Estatutos das ordens religiosas e das suas instituições. Acresce, neste caso, as exigências que um Colégio, no caso vertente dedicado à Filosofia, determinavam por serem necessários livros para ensino e estudo. Aliás, o vizinho convento feminino de Santa Teresa de Jesus, onde a Infanta D. Maria veio a falecer em 1693, tinha também biblioteca da qual subsistem hoje alguns exemplares, nomeadamente, na Biblioteca Nacional de Portugal. Ambos os conventos foram danificados pelo terramoto de 1755, mas as obras de reconstrução decorreram sem demora (CAMPOS, 2014, Anexo I, p. 104-105,108-109).

Um aspeto importante da vida do Convento de S. João da Cruz diz respeito à figura de Frei Inácio de S. Caetano que toma posse do priorado em 1757. Devem-se-lhe as iniciativas de reconstrução e, para o caso que nos interessa, as aquisições significativas para a livraria, as quais fez de sua própria fazenda,

eventualmente para colmatar as perdas devidas ao terramoto ou tão só para aumentar e valorizar as coleções existentes. Em 1759, Frei Inácio é nomeado confessor das princesas filhas do rei D. José e, a partir de então, a sua vida passa a estar mais ligada ao serviço da Coroa. Foi Bispo de Penafiel e Arcebispo de Tessalónica, Inquisidor Geral e ministro assistente ao despacho de D. Maria I mantendo-se como seu confessor. (SÃO CAETANO, 2000-2015).

Não sendo ligado familiarmente ou por propriedade ao Convento de Carnide o que poderia ter levado Alexandre Metelo a doar parte dos seus livros a esse estabelecimento (se tal foi, de facto, o que sucedeu)? Aventamos como hipótese de trabalho, à falta de provas específicas, que a eventual doação pudesse resultar do contacto entre Metelo e Frei Inácio, na Corte, pois este era também homem de confiança do marquês de Pombal e um homem de livros. Noutra perspetiva, a relação pode estabelecer-se pela importância que os Carmelitas Descalços de Carnide tinham, no contexto ultramarino, pois era neste convento que se preparavam os frades que iam em missão para o ultramar, sobretudo para o Brasil onde tiveram vários estabelecimentos. Certo é que, qualquer que seja a razão que fez mudar de Casa um conjunto expressivo de livros, foi muito através do espólio do convento que eles chegaram aos nossos dias pois foram encaminhados para bibliotecas públicas, numa itinerância que vamos conhecer.

Com efeito, na génese desse processo está a extinção das ordens religiosas em Portugal que foi decretada em 28 de maio de 1834, após a vitória do regime liberal. Os conventos masculinos ficaram imediatamente encerrados e aos femininos foi consentida a manutenção, sem novos ingressos, até à morte da última religiosa. Os bens móveis e imóveis reverteram para a Coroa e entre os primeiros encontravam-se as livrarias. Note-se que as políticas liberais não procuravam a destruição dos livros, mas sim o seu reaproveitamento em bibliotecas a criar nas sedes de distrito ou concelho, a que se juntou em 1836, a instituição de uma rede de bibliotecas especializadas e também em estabelecimentos de ensino. De qualquer modo, o processo assentava na inventariação *in loco* e no confisco e envio dos livros para um organismo designado Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos (DLEC), sito em Lisboa a partir de 1834, o qual veio a conhecer filiais no Porto e em Coimbra, para agilizar os procedimentos e evitar os problemas de transporte.

Estima-se que ao DLEC tenham chegado entre 350.000 a 500.000 volumes. A unidade institucional não foi mantida e os livros após receção, eram arrumados sumariamente por formatos e, dentro deles, por grandes grupos temáticos para facilitar o seu encaminhamento para outras instituições. No final do processo, em 1860, já após extinção do DLEC em 1841 e passagem das suas responsabilidades para a Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL) foram feitos abates das obras mais danificadas, vendas e permutas, enfim, um conjunto de esforços para reduzir o número de exemplares que, no limite, ficaram no acervo da BNL, a quem coube a “parte de leão” ainda que com muitos duplicados (BARATA, 2003).

A dispersão dos livros provenientes dos conventos impede ou, pelo menos, dificulta uma reconstituição completa das coleções. O caso de S. João da Cruz de Carnide não é diferente. Os bens móveis arrecadados incluíram a livraria acerca da qual sabemos que correu riscos de roubo e extravio por se encontrar em lugar ermo (BARATA, 2004, p. 330). Através de uma Relação elaborada pelo DLEC, entre 1834 e 1841 onde se dá conta das arrecadações feitas nos conventos do país, em quantitativos, podemos saber que neste convento foram inventariados 3410 volumes o que configura, para a realidade portuguesa, uma biblioteca conventual de médio porte (BARATA, 2003, Anexo 4). O inventário de extinção que existe na Torre do Tombo, no entanto, apresenta cerca de 600 obras¹⁹ o que não pode deixar de causar estranheza, dada a disparidade de informação na mesma época e feita pelos mesmos agentes...

Felizmente, como marcavam os seus livros (prática que muitos outros estabelecimentos não seguiam...) temos vindo a encontrá-los não apenas na BNP, onde existe mais de uma centena de obras, mas também noutras bibliotecas patrimoniais da zona de Lisboa, algumas das quais criadas pelo regime liberal, conforme atrás se referiu. Destacamos a Biblioteca da Marinha, a Biblioteca da Faculdade de Direito de Lisboa, a Biblioteca do Exército e a Biblioteca Histórica da Academia Nacional das Belas Artes, mas vão surgindo exemplares noutras instituições, como por exemplo, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Leituras de Alexandre Metelo de Sousa Meneses

Foi assim que os livros oferecidos por Alexandre Metelo ou adquiridos pelo Convento de S. João da Cruz ganharam visibilidade e nos permitiram, na amostra até hoje identificada, conhecer alguns gostos e orientações bibliófilas do colecionador. As obras que vamos indicar pertencem em grande parte à BNP, porém sempre que se trata de obras que estão hoje nos acervos da Biblioteca da Academia Nacional das Belas Artes (BANBA) e na Biblioteca do Exército (BE), identificamo-las no texto com a respetiva sigla. A apresentação faz-se de acordo com a cronologia tipográfica, entre o século XV e o XVIII, e dentro dela, procurámos agrupar os títulos por temáticas para melhor se entender os interesses de Alexandre Metelo.

Ora, precisamente, onde o bibliófilo se faz sentir é, desde logo, pela existência de um incunábulo e de um número apreciável de edições do século XVI, com predomínio das espanholas. Começemos pelo incunábulo pois é o *chef-d'oeuvre* desta biblioteca e, aliás, constituía no século XVIII, junto com as edições dos humanistas, um impresso de grande raridade e como tal, muito cobiçado pelos colecionadores. O incunábulo que pertenceu a Alexandre Metelo é um *Sacramental* escrito por Clemente Sánchez de Vercial, arcediogo de Valderas, muito divulgado ainda no tempo do livro manuscrito, tendo

19 PT/TT/MF. Convento de S. João da Cruz de Carnide. Caixa 2203, processo nº 82, referido *apud* GIURGEVICH, LEITÃO, 2016, 140-nº356.

conhecido várias edições em Portugal e, sobretudo, em Espanha até ter sido considerado obra proibida, já no século XVI. Trata-se de uma compilação de instruções sobre os sacramentos, destinada ao clero e divulgada em linguagem vernácula para ajudar os menos instruídos no latim. O *Sacramental* que pertenceu a Alexandre Metelo é uma edição que não se conhecia e de que só existe este exemplar. Como lhe falta o colofão não se sabe quando foi impresso, mas estima-se que será uma segunda edição da obra que parece ter tido a sua primeira impressão em português em 1488, situando-se-lhe a data entre 1494 e 1500 (MENDES, 2004-2005).

De tipografia portuguesa mas já do século XVI há a obra de André de Avelar, *Sphaerae utriusque tabellae*, na edição de Coimbra, 1593, texto marcadamente de natureza científica do continuador de Pedro Nunes e comentador de Joannes a Sacrobosco.²⁰ Em edições quinhentistas destacam-se ainda os dois volumes profusamente ilustrados da *Hieroglyphica*, de Giovanni Piero Valeriano, impressa em Basileia, 1556, obra que teve grande difusão no seu tempo e que, ao gosto do Humanismo, estabelece a simbologia dos hieróglifos, com alegorias várias e alguma especulação teológica. De outros autores reputados do século XVI e apreciados pelos bibliófilos do século XVIII, temos ainda uma edição do *Pentaplus regnorum mundi*, de Michael von Eytzinger, impressa em Antuérpia por Christophe Plantin, em 1579, com excelentes ilustrações e uma do *Geniales dierum libri sex*, da autoria de Alessandro D'Alessandri, impressa em Paris, 1561. Com interesse filosófico há um exemplar da *Nueva filosofia de la naturaleza del hombre, no conocida ni alcançada de los grandes filósofos antiguos*, da autoria de Miguel Sabuco, impressa em Madrid, 1587. Nos livros consagrados às Artes, sobressai o famoso tratado de Vitruvius, *De Architectura*, editado em Alcalá de Henares, 1582 (BANBA).

A obra religiosa está também presente, como sucedia nas bibliotecas privadas da época, ainda que em textos de carácter histórico ou de jurisprudência como é o caso do *Memorial de la provincia de San Gabriel de la Orden de los Frayles Menores*, escrito pelo franciscano Juan Bautista Moles e da *Concordata* entre o Papa Leão X e Francisco I de França, sendo a primeira obra editada em Madrid, 1592 e a segunda de Paris, 1538.

As edições do século XVII destacam-se nesta amostra, especialmente as espanholas, o que nos faz pensar que a coleção pode ter sido iniciada aquando da estada em Madrid e/ou que tenha resultado da compra de livros provenientes de bibliotecas privadas espanholas. Damos destaque a algumas obras que nos parece terem sido adquiridas propositadamente. A primeira, de Gabriel Perez del Barrio Angulo, intitula-se, *Secretario y consejero de señores y ministros*, foi editada em Madrid, 1667 e insere-se num tipo de obras práticas muito difundido no século XVII e mais tarde no XVIII, cuja necessidade Alexandre

20 Esta obra tem marca de posse manuscrita e não o *ex-libris* porque, dadas as suas pequenas dimensões não seria possível colá-lo na parte interna da pasta. A inscrição manuscrita diz "Alexandre Metello de Souza Menezes".

Metelo terá naturalmente sentido. A segunda, é o *Retrato del buen vassalo copiado de la vida y hechos de D. Andres de Cabrera*, da autoria de Francisco Pinel y Monroy, em edição de Madrid, 1677. Com interesse claramente genealógico e que poderá ter ajudado o desembargador na formulação heráldica que conhecemos no seu *ex-libris* existe o *Discurso genealógico de la dilatada, esclarecida y antiquissima família de Sousas*, escrito por António Sousa y Noroña e impresso em Madrid, nos anos quarenta. Como obra de base para um retrato de caráter mais geral sobre a Espanha, temos *Poblacion general de España, sus trofeos, blasones y conquistas heroycas*, escrita pelo português Rodrigo Mendes Silva que se fixou em Espanha, obra ainda hoje citada e aqui numa edição de Madrid, 1675.

No domínio científico que, como atrás se referiu, interessava ao desembargador, temos a *Historia naturalis*, de Plínio-o-Moço, considerada a primeira enciclopédia que cobre a botânica, zoologia, mineralogia e ainda outras áreas como a geografia e a matemática. Conheceu inúmeras cópias manuscritas e foi impressa múltiplas vezes. O exemplar pertence à edição de Madrid, 1624-1629, em 2 volumes e está na BANBA tal como a *Historia naturalis de insectis*, obra do naturalista seiscentista John Jonston, numa impressão de aparato pela dimensão e ilustrações, feita em Amsterdão, 1657. Na Matemática, pertenceu a Alexandre Metelo um exemplar do tratado do padre jesuíta Milliet de Chales, *Cursus seu mundus mathematicus*, editado em Lyon, 1690 e na Geografia, um atlas feito e editado pelo conhecido Johannes Janssonius intitulado *Atlantis majoris*, em Amesterdão, 1657, ambas também na BANBA. Os relatos de viagens que são frequentes nas bibliotecas privadas setecentistas estão representados pela *Relation nouvelle d'un voyage en Constantinople*, da autoria de Guillaume Grélot, em edição de Paris, 1681.

Nas obras de História, distinguimos a famosa obra de Jacinto Freire de Andrade, *Vida de D. Joam de Castro*, na sua segunda edição de Lisboa, 1671 e de Prudencio de Sandoval, a *Historia de la vida y hechos del emperador Carlos V*, impressa em Antuérpia, 1681, com ilustrações (BANBA). Com importância direta para as funções que desempenhava, Alexandre Metelo possuía um exemplar do *Repertorio das Ordenaçoes do reyno de Portugal*, na 3ª edição feita em Lisboa, 1623 (BE). Figurava nesta livraria a indispensável obra completa do padre António Vieira de que se encontraram na BE, 9 volumes da edição feita entre 1685 e 1710, em Lisboa.

As Miscelâneas eram muito vulgares nas livrarias setecentistas. Constituíam uma maneira expedita de encadernar, em conjunto, folhetos que podiam ter afinidades entre si os quais, se não fossem encadernados, acabariam por se deteriorar dadas as suas características. É de crer que o desembargador tivesse várias. Localizámos três na BNP: uma tem marca de Alexandre Metelo e do Convento de Carnide e apresenta-se com encadernação inteira de pele, ferros a ouro na lombada e rótulo a indicar “Papeis vários Part.”. Como a aposição do *ex-libris* e da marca manuscrita do

Convento de Carnide se situam na parte interna da pasta e na folha de guarda, respetivamente, o volume que contém quatro folhetos terá chegado assim à biblioteca dos Carmelitas Descalços. Esta miscelânea de obras espanholas, impressas entre 1648 e 1710, tem uma predominância temática de carácter jurídico e panegírico. Outra miscelânea de folhetos espanhóis e catalães impressos entre 1640 e 1642, de temática sobretudo política, tem apenas o *ex-libris* pelo que não terá pertencido ao convento e contém 54 folhetos, na maioria muito raros. A terceira miscelânea, também só com o *ex-libris*, é de temática variada, tem 8 folhetos, o mais antigo de 1595 e os restantes do século XVII, todos de edição espanhola. Por fim, já de produção nacional, e a dar um toque mais cortesão, temos a *Arte de galanteria ofrecida a las damas del palácio*, de Francisco de Portugal, misto de poesias, com preceitos de etiqueta, boas maneiras, conversação, vestuário, etc., obra editada em Lisboa em 1670, com textos em português e em castelhano.

Temos, pois, por um lado o bibliófilo que procura a edição rara e valiosa e, por outro, o homem prático que vê no livro uma fonte de conhecimento. Encontramos, por exemplo, um guia famoso de viagens que foi a obra *Les délices de l'Italie*, em 2 volumes, impressa em Paris, 1707. Acompanhando a política da época, há duas obras com interesse: o *Oráculo de la Europa consultado por los príncipes de ella, sobre los negócios presentes políticos y militares*, impresso em Madrid, 1744 e a *Collecção de breves pontifícios e leys regias que forão expedidos e publicados desde o anno 1741, sobre a liberdade das pessoas, bens, e commercio dos índios do Brasil*, editada em Lisboa, pela Secretaria de Estado em 1759 que constitui uma compilação oficial destinada a divulgar os textos mais relevantes que serviram de base às acusações feitas à Companhia de Jesus e a justificar a sua expulsão. A jurisprudência está presente no *Tractado pratico jurídico, cível e criminal*, da autoria de Manuel António Monteiro de Campos e impresso em Lisboa, 1765 (BE), um ano antes da morte de Alexandre Metelo.

Passando para um registo que indicia leitura de ócio, temos as *Lectures sérieuses et amusantes*, obra em 6 volumes, editada em Genève, 1753, o *Theatro heroico, abecedário histórico e catalogo de mulheres ilustres*, escrito por frei João de S. Pedro e editado em Lisboa, 1736-1740, 2 volumes (BE) e as *Obras* de Francisco de Quevedo, conhecido escritor espanhol do “Siglo de Oro”, impressas em Antuérpia, 1726, com ilustrações, em 4 volumes (ANBA). A comprovar o gosto pela Física, figuram as *Praelectiones Academiae Publicae*, obra do alemão Georgius Wolfgangus Krafft, em 3 volumes ilustrados e com estampas desdobráveis, publicadas em Tubingen, entre 1750 e 1754, sendo os volumes dedicados, respetivamente, à Física Teórica, à Física Mecânica e à Física Óptica e, no domínio da Arquitetura onde já tínhamos assinalado, nas impressões quinhentistas, a obra de Vitruvius, a *Archittetura civile*, do padre Guarino Guarini, numa edição monumental, feita em Turim, 1737, profusamente ilustrada (ANBA).

Alexandre Metelo lia em castelhano, francês e muito provavelmente em italiano e latim. A maioria das obras portuguesas que encontramos, para além do que mencionámos, são vulgares noutras bibliotecas e não parecem corresponder a um padrão especial, antes a compras ocasionais ou até a prováveis ofertas. De notar que a Alexandre Metelo foram ainda dedicadas obras evocando a sua condição de pertencer ao “conselho de Sua Magestade” e de ter sido “embaixador extraordinário” na corte do império da China. Trata-se da 4ª edição da obra de João António Garrido, *Taboada curiosa, novamente reformada e augmentada, em que se trata de todas as regras geraes e espécies de contas...*, publicada em Lisboa, 1747 e da *Vida de Ludovico, conde de Matizio, escripta em castelhano por D. João de Zavaleta, e exposta na língua portugueza*, editada em Lisboa, 1738.

Conclusão

Que podemos concluir desta visão, necessariamente limitada, sobre a livraria particular de Alexandre Metelo de Sousa Meneses?

Como dissemos no início, a história das bibliotecas privadas do Antigo Regime vive muito de “descobertas” ocasionais, de um inventário, rol ou, com mais sorte, de um catálogo que chegou aos nossos dias. No geral, procura-se conhecer a livraria de determinadas personalidades, monarcas, nobres, ministros, altos membros do clero, até porque são aqueles que deixaram testemunho de posse de livros e que desempenharam uma função política, social ou religiosa. Porém, a História do Livro, da Leitura e das Bibliotecas necessita também de procurar o colecionador desconhecido e tentar, a partir dos seus livros, desvendar uma personalidade e reconhecer o que é igual (por ser moda) e o que é diferente (por ser interesse específico) na sua livraria. No primeiro caso, obtemos a percepção de um gosto de época e/ou de grupo social. No segundo, é o perfil de um leitor/coleccionador individual que sobressai.

Procurámos mostrar, através dos exemplares da livraria de Alexandre Metelo, essas características. Por um lado, naquilo que representa dentro do grupo social de fidalguia não titular e ligada ao serviço público, típico do reinado de D. João V, sendo certo, como antes referimos, que na nobreza titular não é muito evidente, nesta época, a existência de livraria como signo de distinção social. Já no grupo a que pertence o desembargador, a constituição de coleções bibliográficas e outras, é um sinal incontestável do sucesso dos “novos” face às elites tradicionais. Por outro lado, se pensarmos no significado do Livro e da Leitura no século XVIII, época por excelência de um aumento significativo na oferta de novos textos e na recuperação bibliófila de alguns antigos, perspetivamos, nas escolhas que Alexandre Metelo foi fazendo ao longo da sua vida, toda uma forma de representação de um “saber estar” e de uma sociabilidade que se baseia em relações de Poder e de Saber. No contexto da sua Casa Nobre, a livraria surge como elemento agregador de um

estatuto social que o desembargador soube construir. Tem um espaço próprio, um conteúdo único que ilustra as escolhas do seu possuidor e combina o livro útil com o livro-objeto simbólico e, se não é uma decorrência ou continuação de uma biblioteca de família, como acontecia entre os fidalgos titulares, é legitimada pela expressão de cultura que transmite, fruto da competência e conhecimento de quem a construiu.

Referências

Manuscritos

Arquivo Nacional da Torre do Tombo:

[INVENTÁRIO]. PT/TT/Orfanológicos, Letra A, Maço 121, nº 1, Alexandre Metelo de Souza e Menezes, Palácio Mitelo, Campo de Santana. 1766.

MENESES, Alexandre Metelo de Sousa. *Diário da embaixada que à China mandou ao Senhor D. João V rei de Portugal*. 1 livro manuscrito, [1725/1728]. (66 f.), PT/TT/CF/054. Disponível em: <<http://digitalq.dgarq.gov.pt/viewer?id=3909678>>. Acesso em: 02 ago. 2017.

Impressos

ALMARJÃO, José Maria. Algumas notas sobre o Ex-Libris de Alexandre Metello de Sousa e Menezes. *Boletim da Academia Portuguesa de Ex-Libris*, Lisboa, n. 29, p.172-173, 1964.

ARAÚJO, Ana Cristina. Livros de uma vida: critérios e modalidades de constituição de uma livraria particular no século XVIII. *Revista de História das Ideias*. Coimbra, v. 20, p. 149-185, 1999.

BARATA, Paulo J. S. *Os livros e o liberalismo: da livraria conventual à biblioteca pública*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2003.

BARATA, Paulo J. S. Roubos, extravios e descaminhos nas livrarias conventuais portuguesas após a extinção das ordens religiosas: um quadro limpressivo. *Lusitania Sacra*, Lisboa, 2ª série, v. 16, p. 319-343, 2004). Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.14/4490>>. Acesso em: 25 jul. 2017.

BRAZÃO, Eduardo. *Subsídios para a história das relações diplomáticas de Portugal com a China: a embaixada de Alexandre Metelo de Sousa e Meneses, 1725-1728*. Macau: Imprensa Nacional, 1948.

BRIGOLA, João Carlos Pires. *Coleções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de. *Bibliotecas de história: aspectos da posse e uso dos livros em instituições religiosas de Lisboa nos finais do século*

- XVIII. Lisboa: [s.n.], 2014. Tese (Doutoramento em História) Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Disponível em: <<http://run.unl.pt/handle/10362/11396>>. Acesso em: 12 jul. 2017.
- CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de. A Livraria de Alexandre Metelo de Sousa Meneses (1687-1766): do coleccionador à biblioteca conventual. In: *CONGRESSO CASA NOBRE: um património para o futuro*, 3., 2013, Arcos de Valdevez. *Actas*. Casa das Artes : Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, 2013. p. 410-427.
- CASTILHO, Júlio de. *Lisboa antiga*. Lisboa: Livraria de A.M. Pereira, 1903. v.3.
- CASTRO E SOLLA, Conde de. Alexandre Metello de Sousa e Menezes. *Revista de ex-libris portuguesas*, Lisboa, n. 8, p. 131-134, 1916.
- CHARTIER, Roger ; ROCHE, Daniel. Les pratiques urbaines de l'Imprimé . In : *Histoire des Bibliothèques Françaises*, Paris : Promodis, v. 2, 1984. p.403-429,
- COSTA, Mário Alberto Nunes. Alexandre Metelo de Sousa e Meneses . *Boletim da Academia Portuguesa de Ex-Libris*, Lisboa, n. 26, p.197, 1963.
- CRUZ, Miguel Dantas da. *Um império de conflitos: o Conselho Ultramarino e a Defesa do Brasil*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2015.
- CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno. As grandes casas. In: *História da vida privada: a idade moderna*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011. p. 202-243.
- DOMINGOS, Manuela D. Erudição no tempo joanino: a livraria de D. Francisco de Almeida. *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional*, Lisboa, n. 9/10, p. 191-219, 2001-2002.
- DOMINGOS, Manuela D. *Livraria de D. José da Silva Pessanha: do coleccionador à biblioteca pública*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1998.
- EX-LIBRIS: colecções arquitecto Segismundo Pinto & Biblioteca Nacional. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1998.
- FORMEY, Samuel. *Conseils pour former une bibliothèque peu nombreuse mais choisie*. Nouv. Edit.corrigée et augm. A Berlin : Chez Haude et Spener, 1756.
- FRANCO, Carlos. *Casas das elites de Lisboa: objectos, interiores e vivências, 1750-1830*. Lisboa: Scribe, 2015.
- MADUREIRA, Nuno Luís. *Lisboa: luxo e distinção,1750-1830*. Lisboa: Fragmentos, 1990.
- GIURGEVICH, Luana; LEITÃO, Henrique. *Clavis Bibliothecarum: catálogos e inventários de livrarias de instituições religiosas em Portugal até 1834*. Lisboa: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, 2016.
- MARTINS, Francisco de Assis de Oliveira. *O Convento de S. João da Cruz de*

Carmelitas Descalços de Carnide na historiografia portuguesa. Lisboa: [s.n.], 1977. Separata de *A historiografia portuguesa anterior a Herculano*.

MENDES, Maria Valentina Sul. O sacramental de 1539, da BN, é afinal uma 2ª edição incunabular da mesma obra, em Português, totalmente desconhecida até hoje?. *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional*, Lisboa, n. 14/15, p. 103-200, 2004-2005.

MIGUEL, Pedro Lopes Madureira Silva. Descobrir a dimensão palaciana de Lisboa na primeira metade do **século XVIII**: titulares, a corte, vivências e sociabilidade. 2012. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa. Disponível em: <<http://run.unl.pt/handle/10362/7861>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

MIRANDA, Tiago. *António Freire de Andrade Encerrabodes (1699-1783)*: no espelho de Pombal. *Penélope*, Oeiras, n. 30/31, p. 93-134, 2004.

PINTO, Segismundo. *Palácio do Metelo*. Lisboa: Instituto Superior de Serviço Social, 1987. Separata de *Intervenção Social*.

QICHEN, Huang. A Embaixada de Alexandre Metello de Souza à China no contexto das relações lusochinesas. *Administração*, Macau, v. XI, n. 40, p. 285-297, 1998.

RAMOS, João de Deus. *As relações diplomáticas entre Portugal e a China na primeira metade do século XVIII*: as embaixadas de António de Magalhães, S.J. e Alexandre Metello de Sousa e Meneses. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1990.

RUSSO, Mariagrazia. *Embaixada de D. João V de Portugal ao Imperador Yongzheng da China através da documentação do Arquivo Distrital de Braga*. Lisboa: Fundação Oriente, 2005.

SANTARÉM, Visconde de. Abreviada relação da embaixada que El-Rei D. João V mandou ao Imperador da China e Tartária por seu embaixador Alexandre Metelo de Souza Menezes. Lisboa: Imprensa Nacional, 1879.

SÃO CAETANO, Inácio de. *Portugal*: dicionário histórico, corográfico, heráldico, biográfico, bibliográfico, numismático e artístico. Edição electrónica, 2000-2015. Disponível em: <http://www.arqnet.pt/dicionario/saocaetano_fi.html>. Acesso em: 04 ago. 2017.

SEIXAS, Miguel Metelo de. O uso da heráldica no interior da Casa Senhorial Portuguesa de antigo regime: propostas de sistematização e entendimento. In: *A Casa Senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro: anatomia dos interiores*. Coord. Isabel Mendonça, Hélder Carita e Marize Malta. Lisboa: Instituto de História da Arte, Universidade Nova de Lisboa; Rio de Janeiro: Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014. p. 86-109.